

POLITEIA NEWS

Newsletter do Projeto de Simulação do Sistema Legislativo Brasileiro

Junho, 2024, Edição 06.

A NOVA LEI DE COTAS

Por Anthony Mendes

Projeto de Lei n.º 1958/2021, denominado Lei de Cotas, é de autoria do Senador Paulo Paim (PT/RS) proposto dois anos atrás. Foi aprovado pelo Plenário do Senado Federal, casa legislativa que iniciou a discussão considerando a autoria do senador, na forma de substitutivo por votação simbólica, em 22 de maio. Faltando menos de 20 dias para o fim da validade das cotas raciais no serviço público, iniciadas pela Lei 12.990, de 2014, o projeto prorroga por dez anos e amplia para 30% a reserva de vagas em concursos públicos para pretos, pardos, indígenas e quilombolas. A proposta ainda precisa passar pela Câmara dos Deputados antes de virar lei.

O que diz o texto

A matéria estabelece que, de forma compulsória, 30% das vagas disponibilizadas em concursos públicos e processos seletivos temporários no contexto da administração pública federal, incluindo autarquias, fundações públicas e sociedades de economia mista sob controle da União, sejam reservadas para candidatos negros. A ementa do projeto explica que se trata de uma norma geral aplicada sempre que forem ofertadas duas ou mais vagas. Assim, o governo decidirá futuramente, via decreto, como 30% das vagas serão divididas entre pretos, pardos, indígenas e quilombolas. A reserva de vagas não se limita às oportunidades disponíveis no lançamento do



NESTA EDIÇÃO

Entenda a nova lei de cotas no serviço público

Acompanhe a CPI da manipulação de jogos

Saiba sobre o papel do legislativo na tragédia do Rio Grande do Sul

Fique Sabendo: tudo o que você precisa ler para se manter atualizado

Por Anthony Mendes

concurso, mas se estenderá também às que surgirem durante o período de validade do mesmo.

Pela proposta, os candidatos que optarem pelas vagas reservadas serão submetidos a uma banca de identificação para confirmar a autodeclaração, feita pelos candidatos no momento da inscrição. Caso algum candidato não seja reconhecido pela banca como pertencente aos grupos para os quais as vagas são destinadas, ainda lhe será permitido concorrer às vagas da ampla concorrência. Essa cláusula busca prevenir a exclusão total de indivíduos que, por qualquer motivo, não sejam validados pela banca examinadora. Candidatos que concorrerem às vagas reservadas estarão, de maneira simultânea, disputando também as vagas de ampla concorrência.

Caso sejam aprovados nas vagas de ampla concorrência, esses candidatos não serão incluídos na contagem das vagas reservadas.

Indivíduos que se autodeclaram como parte de uma comunidade indígena e que recebem a confirmação dessa identidade pela comunidade serão considerados indígenas, mesmo que não residam em suas terras tradicionais. Quanto aos quilombolas, serão reconhecidos aqueles que se autodefinem como integrantes de um grupo étnico-racial com uma narrativa histórica singular e vínculos territoriais característicos, sob a suposição de uma ancestralidade africana. Adicionalmente, a proposição propôs normas básicas para o processo de validação suplementar da autodeclaração.



Foto: Alessandro Dantas.

Isso envolve a padronização de procedimentos em todo o território nacional, a consideração de atributos regionais específicos, a garantia de um processo de apelação e a exigência de um consenso absoluto pelo corpo deliberativo encarregado da validação para que uma identidade atribuída seja diferente da autodeclarada.

“Temos batalhas pela frente, mas estamos cada vez mais perto de aperfeiçoar a lei de cotas e garantir um serviço público com a cara do Brasil”

Anielle Franco

O texto prevê uma análise a cada dois anos por órgãos competentes e uma nova revisão da política estabelecida na legislação dentro de dez anos. O Ministério da Igualdade Racial (MIR) acompanhou de perto a votação no Plenário do Senado Federal sob a figura da Exma. Ministra Anielle Franco.

CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS ESPORTIVOS – CPIMJAE

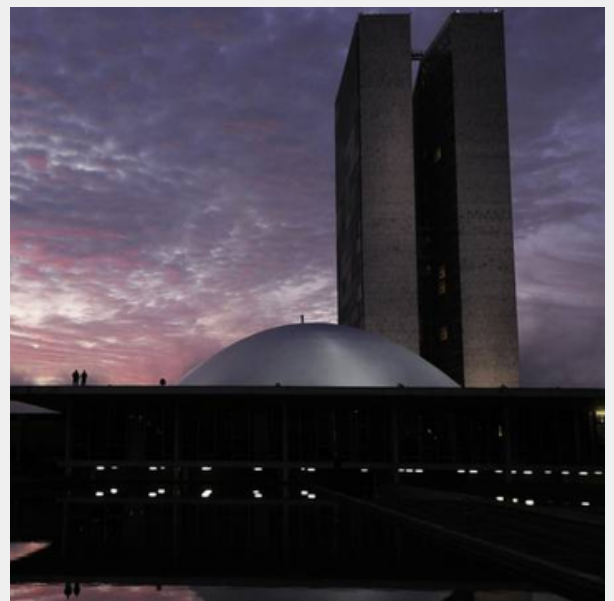
Por Caio Alencastro

No dia 10 de março, o Senado brasileiro instalou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Apostas Esportivas, um marco significativo no combate às irregularidades no futebol nacional. A criação da CPI responde a graves denúncias de manipulação de resultados, prática que ameaça a integridade do esporte mais popular do país. O ex-jogador e atual presidente – e jogador – do América (RJ), senador Romário (PL-RJ), foi escolhido como relator da CPI, enquanto a presidência ficou a cargo do senador Jorge Kajuru (PSB-GO), renomado ex-jornalista esportivo. A principal razão para a formação da CPI é o perigo representado pelos jogos de azar, que, ao movimentarem grandes somas de dinheiro, podem aliciar jogadores e dirigentes, corrompendo o esporte.

O trabalho da CPI começa com a análise de um relatório da empresa de tecnologia esportiva SportRadar, que aponta suspeitas de manipulação em 109 partidas do futebol brasileiro em 2023. “Precisamos ter acesso para saber quais foram essas 109 partidas que aquela empresa americana apurou”, afirmou Kajuru, ressaltando a importância de esclarecer esses casos. Ele também defendeu punições severas, como o banimento vitalício dos envolvidos em manipulação. A Comissão tem um prazo de 180 dias para concluir suas investigações e apresentar um relatório final. As reuniões foram agendadas para segundas e quartas-feiras, demonstrando o compromisso dos senadores com um cronograma rigoroso.



Na imagem o presidente da CPI Jorge Kajuru (PSB – GO) (esquerda), e o senador Romário (PL – RJ) relator da CPI.



Senado Federal

Um dos momentos mais esperados na CPI foi a convocação de John Textor, presidente do Botafogo, que fez graves acusações de manipulação de resultados. Textor, que assumiu a SAF do Botafogo em 2022, destacou problemas na arbitragem e, baseado em um relatório da Good Game!, sugeriu que o Palmeiras, vencedor da Série A em 2023, foi

beneficiado por decisões questionáveis. Suas denúncias não se limitaram ao Palmeiras; jogos do São Paulo e Fortaleza também foram citados. Textor afirmou ter provas substanciais de manipulação, que preferiu apresentar em uma sessão secreta para proteger os envolvidos. Durante sua explanação inicial, Textor deixou claro que suas evidências demonstram "como os jogos são manipulados, e não o por quê". Ele explicou que essas provas seriam reveladas aos senadores em uma reunião sigilosa, realizada no dia 22 de abril.

A participação de Textor na CPI teve grande impacto. O senador Jorge Kajuru declarou que o empresário forneceu "indícios indiscutíveis" de manipulação. Foram quase duas horas de apresentações detalhadas que incluíram demonstrações visuais, o que levou os senadores a acreditarem que esses indícios poderiam se transformar em provas concretas. Kajuru enfatizou que as informações fornecidas por Textor foram substanciais e não meras alegações sem fundamento. O senador também destacou a importância de conduzir investigações rigorosas para preservar a integridade do futebol brasileiro.

A CPI das Apostas Esportivas representa um passo decisivo na luta contra a corrupção no futebol brasileiro. Ao trazer à tona denúncias e investigar a fundo as suspeitas de manipulação, a Comissão busca restaurar a confiança dos torcedores e garantir que o esporte seja conduzido com integridade e transparência. A participação de figuras importantes, como John Textor e Glauber do Amaral Cunha, evidencia a seriedade das investigações e a determinação dos senadores em levar a cabo um trabalho rigoroso e imparcial. Com um prazo de 180 dias, a CPI tem um desafio significativo pela frente, mas também uma oportunidade única de promover mudanças profundas no cenário esportivo nacional.

No dia 10 de maio, Textor voltou a apresentar novos documentos à CPI, reforçando suas denúncias com mais evidências da Good Game!. Todo o material foi entregue sob a promessa de sigilo, destacando o compromisso da CPI em conduzir suas investigações de forma meticulosa e protegendo as fontes de informação. O senador Kajuru reiterou que a CPI está comprometida em revelar a verdade sobre as manipulações de resultados, assegurando que os culpados sejam devidamente punidos e que a justiça seja feita no futebol brasileiro. Atualmente, os fãs de futebol aguardam ansiosamente a votação do relatório do Senador Romário, texto esse que está para ser votado desde setembro de 2023, e não tem previsão de ser votado.



Na foto, o presidente da SAF do Botafogo, John Textor, depõe à CPI em reunião secreta.

O PAPEL DO LEGISLATIVO NA TRAGÉDIA DO RS

Por Sophia Abreu

Antes de compreender o papel e importância da Instância Legislativa no contexto da atual e trágica Crise de chuvas que se dá no estado do Rio Grande do Sul, vale lembrar o valor e importância deste espectro que reside, geralmente, em contextos democráticos.

No Brasil, o Legislativo é personificado estruturalmente no Congresso Nacional. Composto tanto pelo Senado Federal, quanto pela Câmara dos Deputados, é neste contexto que a sociedade tem representação política no parlamento, ainda que - em alguns casos - indireta.

BBC News, Brasil



Os representantes do povo, compostos por senadores e deputados, congregam as dinâmicas de representação, diálogo, aprovação e desaprovação de diferentes tipos de Projeto que, seguindo ordens presentes em Regimentos, fazem votar pela constitucionalidade ou a falta dela, assim como outros aspectos de diferentes âmbitos que requerem deliberação, reprodução e produção de Leis que façam regular e proteger o Estado Democrático de Direito.

Contexto inicial:

Com início na transição do mês de abril para maio de 2024, a tragédia ainda não possui dimensões estimadas. O episódio inicial das inundações no Rio Grande do Sul deste ano foi registrado em 30 de abril. Nesse período, milhares de pessoas perderam suas residências e foram forçadas a buscar abrigo em locais improvisados, casas de familiares ou, em alguns casos, até mesmo nas ruas. Estima-se que pelo menos 162 pessoas morreram.

Três semanas após o início do desastre, conforme os dados do governo do Rio Grande do Sul até a noite de quarta-feira (22/5), ainda existem mais de 580 mil pessoas desalojadas e quase 70 mil abrigadas. Ainda assim, ao contrário de enchentes anteriores, a recuperação em muitas áreas está ocorrendo de forma mais lenta do que o previsto, prolongando a crise humanitária no estado. Em algumas regiões, a normalização simplesmente não é mais possível.

Não é diferente o andamento político no que tange à recente crise instalada no estado do Rio Grande do Sul. A seguir, são apresentadas as movimentações feitas na arena política, com a ação de representantes em busca de meios que viabilizem apoio ao estado, em uma tragédia climática.

DESENVOLVENDO ALGUMAS NOÇÕES DE AÇÃO LEGISLATIVA

A partir do dia 1º de maio, o Rio Grande do Sul decretou estado de calamidade pública. Neste mesmo dia, foram contabilizadas mais de cinco mortes. Entre as causas das mortes, a Defesa Civil apontou descarga elétrica, afogamento e deslizamentos de terra. Em termos de ações práticas decorrentes de iniciativas legislativas, estas ocorreram ao longo do mês, enquanto o governador Eduardo Leite, em entrevistas, expunha a gravidade da situação, em busca de apoio às famílias que estavam em processo de saída forçada de suas casas, muitas das quais destruídas.

Com a infraestrutura completamente atingida, incluindo prédios, casas e monumentos históricos, o governador do estado afirmou, em coletiva de imprensa no dia 5 de maio, que o estado precisará de um plano de recuperação semelhante ao Plano Marshall, que reergueu a Europa no pós-2ª Guerra Mundial.

Nesse ponto, já havia se estabelecido o primeiro sinal de instrumento estadual, o Pix intitulado de SOS Rio Grande do Sul, que recebeu doações.

No que diz respeito à instância legislativa, o Senado Federal aprovou recentemente um projeto de decreto legislativo que reconhece o estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul até 31 de dezembro de 2024. **O PDL 236/2024** foi promulgado em 07 de maio pelo presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco. O PDL - **projeto de decreto legislativo** - pode ser apresentado por qualquer deputado ou senador, comissão da Câmara, do Senado ou do Congresso. Pode também ter origem em mensagens presidenciais, como as enviadas para concessão de emissoras de rádio e televisão ou ratificação de tratados internacionais. Tem como **principal objetivo regular as matérias de competência exclusiva do Poder Legislativo**, sem sanção do Presidente da República.

Outro exemplo de resposta rápida por parte do Legislativo às necessidades humanas e emergenciais do estado do Rio Grande do Sul foi a criação, por parte do Senado, de uma "**Comissão Externa**". Anunciada no dia 06 de maio, a comissão temporária externa aprovou o plano de trabalho do então relator, o senador Hamilton Mourão (Republicanos/RS). No documento, foi apresentada uma lista de propostas consideradas prioritárias para o enfrentamento da calamidade provocada pelas fortes chuvas. Em seguida, o colegiado aprovou - no dia 09 - requerimentos para diligências a municípios gaúchos, além de debates sobre o tema.

O CARÁTER DE LEGALIDADE EM SI NO ÂMBITO DO CONGRESSO

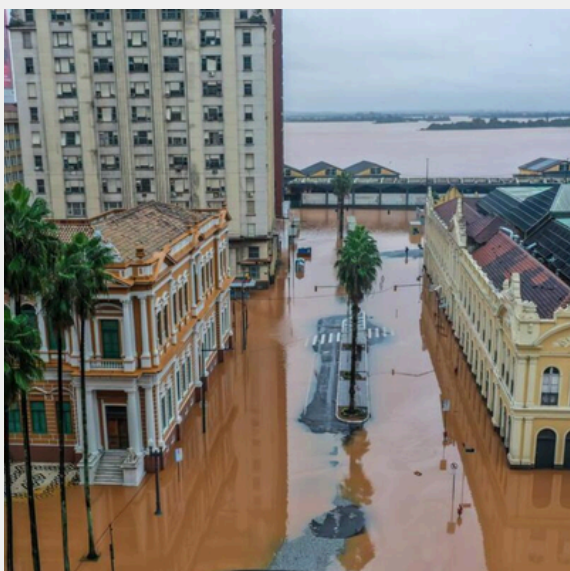
As Leis Complementares diferem das Leis Ordinárias por exigirem o voto da maioria dos parlamentares que compõem a Câmara e o Senado para que possam ser aprovadas. São adotadas para conferir caráter regulamentário a assuntos específicos, ao passo que esses assuntos são expressamente determinados na Constituição Federal. É importante compreender que só é preciso elaborar uma Lei Complementar quando a Constituição prevê que esse tipo de lei é necessária à regulamentação de uma lei específica.



Rio Piracicaba: Cheia do Rio Piracicaba

CONCLUSÃO:

Em suma, foi possível perceber que o projeto aprovado pelo Senado Federal, no contexto do governo federal, que reconhece o estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul até 31 de dezembro de 2024 devido às fortes chuvas que atingiram o estado, foi decisivo ao facilitar a promulgação de medidas de repasse de verbas públicas ao estado, possibilitando o socorro e a reconstrução das regiões afetadas pelos temporais. Além disso, permitiu que os recursos utilizados nas ações ligadas ao RS não fossem submetidos aos parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal, significando que não entrem no montante sujeito ao teto de gastos.



Gilvan Rocha/Agência Brasil

O Legislativo desempenha um papel crucial ao aprovar essa medida, agilizando a assistência e a recuperação das áreas atingidas pelas enchentes.

FIQUE SABENDO

Tudo o que você precisa ler para se manter atualizado

CLIQUE PARA SABER +

- [Vamos gente, mulheres: Forças Armadas vão permitir alistamento militar feminino em 2025.](#)
- [Após chuvas, Alemanha sofre com inundações que já deixaram quatro mortos.](#)
- [Elon Musk arrecada R\\$ 30 bi para a xAI bater de frente com a rival OpenAI.](#)



[Depois de exercícios militares da China, novo presidente de Taiwan pede cooperação entre os países.](#)

[Israel retira embaixadores da Irlanda e da Noruega após países reconhecerem Palestina como Estado.](#)

[De olho na eleição, Biden perdoa mais de US\\$ 7 bi em dívidas estudantis.](#)

[Premiê do Reino Unido, dissolve o Parlamento e convoca eleições antecipadas.](#)



[@projetopoliteia](#)



[@projetopoliteia](#)



[Projeto Politeia](#)



ContatoPoliteiaunb@gmail.com



P O L I T E I A

Projeto de Simulação do Sistema Legislativo Brasileiro